

Cultura Visual

05/10/23

1. O que é uma imagem?

1.1 Aprendemos no **Antigo Testamento** que Deus criou a humanidade à sua própria imagem.

1.1.1 Os críticos culturais invertem isto dizendo que o homem criou Deus à sua própria imagem.

1.2 O termo **polissêmico** ‘imagem’ provavelmente deriva da raiz indo-europeia **im**, presente em **imago** ou **imitar**: daí “representação visual”, ‘duplo’ ou ‘simulacro’ de uma pessoa ou coisa, uma semelhança, efigie, estátua, ídolo, retrato; um ícone, um ‘semelhante’ (**similis**, semelhante): uma semelhança (**símile: uma semelhança literária** entre duas coisas que compartilham uma característica comum de propriedade).

1.3. Na Idade Média, **imageur** e **imaginator** eram termos para “escultor”: o imaginário criador de imagens ou esculturas (em geral religiosas).

1.4. Em termos muito gerais, **as imagens são produtos de formas definidas de prática significativa representacional**: sonhar, criar ficção/ficcional, contar histórias, fantasia, etc.

1.5 Nos estudos culturais e na cultura visual, as imagens são representações paradigmaticamente visuais de coisas e eventos, como na expressão 'imagem mediática', a qual, quando tomada como análoga a uma 'imagem mental', seria um duplo simulacro de seu referente constituído através do acto ou actos de visualização.

1.6 Ao considerar o trabalho de criação de imagens, precisamos ter em mente as dimensões do objeto e do acto de criação da imagem. Embora os termos “imagem” e “imagens” sejam expressões visuais primárias, a terminologia de imagem relativamente imóvel foi estendida ao discurso verbal, figurativo e metafórico (para produzir a constelação de esquemas e discursos que podemos chamar de mimetologia). Mas qual é precisamente a essência ou o ser da imagem? Antes de mais nada, ‘a imagem é um acto... [A imagem] só é ativa quando é “expressiva”. A imagem tem um carácter inerentemente provocador” (Lefebvre, 2002: 288-9). Poderíamos seguir a tradição platónica e dizer que a esfera da imagem duplica o mundo das coisas, criando os mundos oníricos do imaginário (em alemão, o reino da *Phantasie* e dos fantasmas), das utopias e dos reinos imaginários (imago pode ser outro termo para sonho). Enquanto as interpretações tradicionais da imagem tendem a pensar em termos da rígida distinção binária entre original e cópia, objecto primário e representação secundária, o pensamento pós-moderno encorajanos a conceber imagens e tecnologias de imagem como processos sedutores semelhantes a actos, ocasiões criativas que são constitutivas de experiência, na medida em que toda experiência é experiência do outro e a alteridade está entrelaçada de diferença, de traço e de relações imagináveis. Hoje habitamos culturas onde a produção de imagens é realizada globalmente e através da intervenção de tecnologias de media digitais. Num mundo digitalizado e mediado, toda experiência possível é tocada e mediada pelo imaginário. O esquema metafísico origem/cópia confunde-se num continuum de apresentações imaginativas. A sua ontologia apropriada é, portanto, necessariamente plural, virtual e, tal como os próprios meios de comunicação de massa, expansiva e promíscua. Este é o mundo da imaginação industrializada. Para avançar em direcção a uma ontologia de imagens, precisamos diferenciar (1) imagens do mundo, (2) imagens no mundo, (3) imagens para o mundo e (4) imagens como o mundo. Isto precipita as questões: Quais são as funções da imagem? Como as imagens constituem o real?

2. A Imaginação

Como poderíamos antecipar, o termo “imaginação” indexa uma extensa família – talvez toda uma topografia – de significados. O termo grego para imaginação é phantasia, tudo o que produz e trabalha com fantasma (do termo grego phos, luz). A cultura latina traduz caracteristicamente esta palavra como visio ou “objeto da imaginação”. Para a cultura greco-latina, todo o conhecimento e compreensão são tocados pelo trabalho revelador do fantasma – incluindo os mundos internos da percepção, memória e experiência sensorial. Contudo, como resultado da influência da epistemologia aristotélica, o acto de imaginação foi considerado como uma faculdade bastante passiva da mente, com a produção de imagens enquadrada como um eco fraco ou secundário da vida mais vívida da percepção. Na época em que os textos de Aristóteles foram traduzidos para a cultura latina, isso havia se tornado nas facultas imaginandi: o ato de formar imagens mentais do mundo, de usar imagens, do trabalho da memória em trazer à mente 'impressões', 'ideias' ou repraesentatio (protótipo e precursor dos termos posteriores 'representações', 'Vorstellungen', 'imaginários') nutridos pela faculdade da imaginação. A repraesentatio “repete” o mundo no domínio da vida mental, trazendo o que está fora ou ausente à presença dentro da visão da mente (enquanto imagem mental). A imaginação é, portanto, a faculdade rememorativa que traz o que está ausente à presença vívida através do poder das imagens e dos símbolos (enquanto a expectativa antecipa representações futuras). Dois mil anos depois, esta foi a conclusão a que David Hume chegou após examinar os processos da experiência empírica: “A memória, os sentidos e a compreensão são, portanto, todos eles fundados na imaginação, ou na vivacidade das nossas ideias” (A Treatise on the Human Nature, 1739/1978, LIV.7). Apesar desta epistemologia pouco promissora, explicar o estatuto existencial de fantasias, ídolos, imagens, ilusões, fenómenos imaginários, fantasmas, e assim por diante, leva a algumas das questões mais complexas e intratáveis do pensamento visual: Qual é o estatuto ontológico das representações mentais? Como se relacionam elas com seus “objetos”? Como podemos distinguir entre representações verdadeiras e dissimuladas, representações verídicas e deturpações? O que motiva a imaginação? Qual é a ligação entre imaginação e desejo? E assim por diante. Tradicionalmente, o tema da imaginação diz respeito à faculdade mental de criar representações virtuais ou imagens mentais (ainda incorporadas na palavra alemã Bilde): invocar, formar e deformar representações de objetos, eventos, pessoas, e assim por diante. Normalmente, estes “objetos” são considerados a mobília física ou quase física do mundo; mas o argumento geral também se estende a objetos puramente conceptuais ou “impossíveis” (por exemplo, os números imaginários em matemática). Onde Kant sustentava que a imaginação é “intuição sem a presença do objeto”, seria mais correto afirmar que a “imaginação é intuição que revela objetos como quase-presenças”, como novas formas de manifestação. Ao colocar a questão da imaginação na terminologia de objeto-acto ou objeto-faculdade, somos inevitavelmente levados a questionar a existência e a natureza da 'presença' de imagens 'na' mente (ou a presença/ausência de imagens como quase-objetos). Esta linha de interrogação ainda é controlada pelo esquema gramatical subjacente da imaginação enquanto presença de imagens virtuais na (visão da) mente.

Se aceitarmos as doutrinas dos nossos contemporâneos positivistas, temos de imaginar prescindir da maior parte dos “conteúdos” tradicionais da imaginação. Embora não tenha estatuto civil na ciência (a não ser, talvez, como a heurística da construção de modelos e da formação de hipóteses), na investigação científica real, a vida da imaginação fornece a fonte e o sangue vital da investigação inovadora e da mudança científica. Eliminar a imaginação matemática equivale a eliminar as fontes de inovação e mudança científica. Este é um dos paradoxos que devem ser explorados antes de podermos escrever a história da imaginação (como conseguimos imaginar um mundo que pode, em princípio, dispensar a imaginação?) Numa nota mais positiva e criativa, a imaginação pode ser considerada como a “anti-faculdade” da realidade virtual, a forma como a mente elabora criativamente ficções, símbolos e ícones, constrói ideias e projecta ideais – em termos genéricos, as funções construtivas e diagramáticas da mente criativa. Vamos levantar a hipótese de que toda modalidade de contrafactualidade, toda forma de consciência preocupada com a inexistência, tem sua fonte no desejo imaginativo. Somos então colocados num caminho que nos afasta da interioridade e em direção à exterioridade ou, mais especificamente, nos múltiplos caminhos da práxis contrafactual – mundos possíveis abertos pelo “como se”. Não olhamos mais para dentro, para o funcionamento interno da mente ou dos estados intencionais, mas exploramos o campo cultural da imaginação em acção e as modalidades de desejo que animam a imaginação. Uma das faculdades mais importantes é a capacidade humana de conceber realidades alternativas e mundos possíveis. Isto então conecta a faculdade da imaginação com a faculdade contrafactual da negação (e, como observamos, do desejo). Na verdade, alguns teóricos afirmam que as origens da faculdade de negação residem profundamente na história da transformação da imaginação através da qual o positivo é articulado por meio de diferentes modalidades de negação.

[O tema remonta a Hegel, mas tem seu defensor contemporâneo na obra de Kenneth Burke; ver “A Dramatistic View of the Origins of Language” de Burke, especialmente a Secção Um, “The Negative as a Marvel of Language”, em 1968: 419-79; ver também a pesquisa de Brann (1991) e a meditação de Barry Mazur sobre as funções da imaginação matemática (2003).] Tudo isto pode ser expresso mais diretamente dizendo que a imaginação recorre às mesmas transformações que criam a capacidade de manipular as aparências, de dissimular e de mentir (apenas criaturas criadoras, que usam e desconstruem símbolos têm a capacidade de contar mentiras umas às outras).). A gramática da criatividade é então deslocada para as ordens contrafactuais da estética, da dissimulação, da desconstrução, da transmutação ficcional, da criação de mitos e seus conjugados. Ao estudar a imaginação em acção e as formas de práxis imaginativa, precisamos então explorar o que faz um “objeto” aparecer diante “dos olhos da mente” (enquanto imagem mental): os média, o mecanismo ou a maquinaria da imaginação (ícones, imagens, retratos, caricaturas, símbolos, ficções, mitos, hipóteses, experimentos, etc). Precisamos seguir o conselho criterioso de Walter Benjamin: Todas as manifestações de deformação [Entstaltung/ anamorfose] na natureza devem ser examinadas, se o mundo da imaginação quiser ser descrito (Walter Benjamin, ‘Imagination’, em 1996: 281). Esta seria uma das tarefas futuras de uma investigação transdisciplinar das retóricas e práticas do discurso imaginativo. Na pesquisa logológica, esta mudança de ênfase em direção ao trabalho criativo do simbolismo e da linguagem é indicada pelo termo genérico símbolo-poiesis. A imaginação pertence às tarefas de autocompreensão, compreensão do outro e de uma ética do diálogo e da intersubjetividade. Só podemos ter acesso aos sentimentos e sofrimentos dos outros através de actos imaginativos de identificação. Segue-se que uma das causas não documentadas das misérias e horrores da história mundial é o fracasso da imaginação e do seu papel literário, estético e educativo na socialização infantil.